



**CONTRATO N.º .../.....**

**PAD Nº 2.175/2021**

*(Pré-requisitos à assinatura do contrato - verificar subitem -  
4.1 termo de referência)*

### **Anexo XI - Minuta do Contrato**

#### **CONTRATO DE FORNECIMENTO E GARANTIA que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666/1993 e legislações pertinentes, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação Nº 30/2021 sob a forma de Registro de Preços, Pregão Eletrônico – SRP nº. .... e a proposta vencedora, sob o protocolo nº 2175/2021 (PAD), regularmente autorizado pelo ordenador de despesas,

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Bairro: Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41)3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº. ....,  
com sede na ..... Cidade/UF:  
....., CEP: ....., telefone: ....., e-  
mail: ....., neste ato representada por  
....., portador do CPF/MF nº. ...., doravante  
denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a contratação de serviços e garantia para instalação, certificação e documentação de cabeamento estruturado, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral,

de acordo com as especificações constantes neste Contrato. Os serviços compreendem:

- a) Instalação, certificação, documentação e garantia dos serviços de cabeamento horizontal e vertical;
- b) Lançamento, fusão e certificação de link óptico;
- c) Construção de infraestrutura para acomodação do cabeamento;
- d) Identificação dos pontos instalados e documentação completa da obra;
- e) Remoção do cabeamento e infraestrutura defasados.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - anexo I, e demais anexos do Edital que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste contrato será realizado por regime de empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA GARANTIA E DO RECEBIMENTO.**

**2.1** - Os serviços deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no item 2 do Termo de Referência - ANEXO I.

**2.2** - A Garantia dos serviços se dará conforme o item 3 do Termo de Referência - ANEXO I.

**2.3** - O Recebimento dos serviços ocorrerá conforme o item 4.6 do Termo de Referência - ANEXO I.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** - A Gestão da Contratação se dará conforme o item 7 do Termo de Referência - Anexo I.

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DOS DADOS**

**4.1** - As Obrigações da Contratada estão previstas no item 4 do Termo de Referência - Anexo I.

**4.2** - A documentação abaixo foi apresentada pela empresa contratada e aceita pelo gestor do contratação, passando a fazer parte integrante deste instrumento contratual:

- a) Indicação dos engenheiros integrantes da equipe técnica de nível superior (Anexo IV), dentre os quais consta o responsável técnico informado no item 9.3.d do edital.
- b) Indicação dos profissionais técnicos que serão alocados para a execução da

obra, comprovando sua capacitação técnica para a execução do serviço especificado e que também deverão ser do quadro permanente da empresa atuando nesta especificidade técnica, conforme modelo do Anexo V.

c) Declaração do profissional técnico de nível superior, tomando ciência das condições constantes na especificação técnica dos serviços conforme modelo do anexo VII.

d) Documentação Técnica Obrigatória constante no Anexo III.

**4.3** - A Proteção de dados deverá ocorrer conforme determina o item 6 do Termo de Referência - Anexo I.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

***(conforme solicitação do setor demandante e item respectivo, previsto no item 4.6 do Termo de Referência - Anexo I)***

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de .....(meses), a partir da data de sua assinatura, de ..... a ....., podendo ser rescindido antecipadamente, nos termos da Lei 8666/93.

**5.2** - No prazo de vigência não está computado o prazo de Garantia técnica que deverá ser cumprida nos prazos e condições estabelecidos no edital, no termo de referência anexo I e no contrato, independentemente do prazo de vigência contratual.

**5.3** - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de fornecimento e que o prazo de vigência do contrato refere-se ao período de abrangência dos prazos de entrega, recebimento e garantia contratual.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - Os recursos destinados à execução do presente contrato correrão conforme abaixo:

Programa de Trabalho: .....

Nota de empenho: ....., emitida em .....

Elemento de despesa: .....

Categoria Econômica: .....

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

**7.1** - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de **R\$.....(.....)**, conforme a seguir discriminado:

***(adequar conforme solicitado no pedido)***

| <b>Lote</b> | <b>Item</b> | <b>Descrição</b> | <b>Qtde</b> | <b>Preço unitário R\$</b> | <b>Preço total R\$</b> |
|-------------|-------------|------------------|-------------|---------------------------|------------------------|
|-------------|-------------|------------------|-------------|---------------------------|------------------------|

|   |    |  |  |  |  |
|---|----|--|--|--|--|
| 1 | 1  | Projeto Executivo  |  |  |  |
|   | 2  | Ponto de rede de dados cat.6 Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória no anexo III       |  |  |  |
|   | 3  | Ponto de Consolidação cat.6 conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III               |  |  |  |
|   | 4  | Enlace para Cross Connect cat.6A F/UTP conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória anexo III       |  |  |  |
|   | 5  | Infraestrutura para ponto de rede Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III  |  |  |  |
|   | 6  | Infraestrutura para ponto de consolidação conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III |  |  |  |
|   | 7  | Infraestrutura para link óptico conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III           |  |  |  |
|   | 8  | Ponto de concentração de cabeamento - Tipo I conforme descrição técnica no anexo II                                      |  |  |  |
|   | 9  | Ponto de concentração de cabeamento - Tipo II conforme descrição técnica no anexo II                                     |  |  |  |
|   | 10 | Link óptico em cabo com 6 fibras monomodo conforme descrição técnica no anexo II   |  |  |  |

|    |  |  |  |  |
|----|--|--|--|--|
|    | e documentação obrigatória<br>anexo III  |  |  |  |
| 11 | Ponto de rede de dados<br>cat.6 Tipo II conforme<br>descrição técnica no anexo II<br>e documentação obrigatória<br>no anexo III      |  |  |  |
| 12 | Patch Panel descarregado<br>conforme descrição técnica<br>no anexo II  |  |  |  |
| 13 | Infraestrutura para ponto de<br>rede Tipo II conforme<br>descrição técnica no anexo II<br>e documentação obrigatória<br>do anexo III |  |  |  |

## 7.2 - Do documento fiscal:

**7.2.1** - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail ([redes@tre-pr.jus.br](mailto:redes@tre-pr.jus.br)), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná. Contato pelos telefones (41) 3330-8628 ou (41) 3330-8629, no período vespertino.

**7.2.1.1** - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**7.2.1.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.2.1.3** - Outras especificações necessárias às notas fiscais:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ correto do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais;
- Número do contrato;
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

## 7.3 - Das condições do pagamento:

**7.3.1.** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do

contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**7.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.3.2.1** - Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.3.2.1.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.3.2.2** - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.3.2.2.1** - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será **de 05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93

**7.3.3** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.4** - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2

**7.3.4.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.3.5** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

**7.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA:** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:  
 $I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)  
 $I = (6/100)/365$

#### **7.4. - Da regularidade fiscal:**

**7.4.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.4.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**7.4.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.4.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

### **CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

**8.1** - Da substituição tributária:

**8.1.1** - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC 116/2003 e LC 123/06, conforme o objeto da contratação.

**8.2** - Dos tributos federais:

**8.2.1** - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**8.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**8.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

**8.3** - Da retenção previdenciária:

**8.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os

serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

#### **8.4 - Da retenção do ISS:**

**8.4.1** - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art. 6º da LC 116/03.

**8.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**8.5** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

### **CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e artigo 7º da lei 10520/2002:

a) Advertência.

b) Multas (serão aplicadas tendo como base de cálculo o “valor do item empenhado e inadimplido”):

b.1) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega dos materiais ou na execução dos serviços, limitado a 30 (trinta) dias.

b.1.1) A partir do 31º dia, somente poderão ser recebidos os materiais ou executados os serviços com a anuência motivada do gestor, sem prejuízo da aplicação de multa de 15% (quinze por cento).

b.2) Multa de 5% (cinco por cento) sobre eventual inadimplemento a outras obrigações pactuadas.

c) Multas (serão aplicadas tendo como base de cálculo o valor total do contrato):

c.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, bem como pelo descumprimento na prestação da garantia pelo prazo previsto em contrato.

c.2) 10%(dez) sobre o valor total do contrato, no caso de entrega material ou execução do serviço em desacordo com o contratado, sem a devida substituição/refazimento do serviço, bem como qualquer descumprimento não especificado acima ou reincidência de qualquer descumprimento.

c.3) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega dos materiais e/ou execução dos serviços até o prazo final estabelecido pelo gestor.

d) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais



cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.1.1** - A sanção de impedimento para licitar e contratar com a União poderá ser aplicada juntamente com as multas convencionais ou de mora.

**9.2** - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

**9.3** - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

**10.2** - Será também causa de rescisão a alocação de funcionários pela CONTRATADA, para o desempenho dos serviços que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, conforme artigo 3º da Resolução 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba/PR para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os efeitos legais pertinentes.

---

<sup>1</sup> Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

Curitiba, ..... de ..... de 2021.

Representante Legal  
P/CONTRATADA

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral – TRE/PR  
P/CONTRATANTE